

HISTÓRIA, IDENTIDADE E MEMÓRIA DE ALGUNS ESPAÇOS NEGROS DE CAMPINAS

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Desde 1990 o Centro de Memória UNICAMP (CMU), contando com o apoio do CNPq, vem desenvolvendo amplo *Projeto sobre Bairros de Campinas*. Há dois anos, o trabalho que é realizado por uma equipe interdisciplinar, concluiu a pesquisa dos bairros Cambuí e Vila Industrial, principiando então a análise de alguns espaços negros da cidade: Ponte Preta, Vila Marieta, Vila Rica e Vila Costa e Silva.

Ainda em andamento, a atual pesquisa vem priorizando sua análise, nesta etapa inicial, acerca dos dois primeiros bairros mencionados. Apresento, no momento, apenas algumas *Considerações*, com o intuito de já ir divulgando à comunidade, resultados deste trabalho que tem por objetivo principal a leitura histórico-sócio-cultural, a questão da identidade, do racismo e da proletarização ocorrida nesses bairros, onde a problemática da negritude aflora(ou) com maior intensidade.

Como Coordenadora e também Pesquisadora da parte histórica desses Projetos, quero lembrar que embora não seja fácil um tipo de trabalho desse porte, acredito que não apenas por tratar-se de assunto instigante, mas também pelo espírito da equipe, com os mesmos interesses, palmilhando ao longo de quase uma década as alegrias e também as frustrações que toda pesquisa acarreta, o desenrolar do trabalho parece estar dando frutos positivos.

Assim, após o levantamento, arrolamento, fichamento, análise/discussão crítica com a equipe, da bibliografia e documentação existentes (tanto oficial quanto particular), plantas, desenhos, mapas, periódicos e imprensa disponíveis na cidade, a etapa que ora está sendo

encaminhada refere-se a coleta de depoimentos com antigos moradores dos espaços em questão, bem assim a procura do material imagético porventura existente.

Posso já então dizer que, por ser o assunto da negritude ainda mal resolvido na história da cidade de Campinas, acredito que, de alguma forma, esta pesquisa possa contribuir para o aprofundamento de uma discussão com a comunidade, na medida em que recupera o passado ao mesmo tempo que dialoga com o presente, uma vez que urbanização/racismo/proletarização estão sendo analisados no momento que percorro a ocupação, a formação e o desenvolvimento desses bairros.

Inicialmente lembro que a cidade de Campinas é historicamente conhecida por haver sido aristocrata, escravocrata, amante da cultura e das artes, mas também, preconceituosa e discriminadora com relação ao negro, o que acabou, paulatinamente, por determinar a expulsão da camada negra e empobrecida de sua sociedade, localizada até a década dos anos quarenta de nosso século em seu centro, para bairros periféricos, onde até os anos setenta a terra era desvalorizada e a urbanização chegara tardiamente.

Os contrastes que então começavam aparecer na cidade, chocavam, a começar pelo uso diferenciado dela, mas, tudo demonstrando que o espaço se construía e se reproduzia de forma contraditória e desigual.

Por isso me pareceu pertinente a análise feita por Le Goff sobre o cotidiano, quando o caracteriza como um dos lugares privilegiados não apenas das lutas sociais, bem assim da construção da memória, pois, inscrita numa história/problema que se refere à globalidade. E é justamente essa história do cotidiano que pode revelar *o sentimento de duração nas coletividades e nos indivíduos, o sentimento daquilo que muda, bem como daquilo que permanece*¹. Dessa forma, permite descobrir a percepção da história, a mentira coletiva; sem o que tornar-se-ia difícil uma aproximação compreensiva e não meramente explicativa da História.

⁽¹⁾ LE GOFF, J. e NORA, P. (org.). História: novos problemas. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976, p. 81.

Todavia, se a noção de cotidiano pode contornar o anacronismo e até dimensionar mais claramente os tempos históricos, ou seja, o tempo do sujeito historiador, o tempo do objeto investigado, oferecendo oportunidades para recuperar os sujeitos anônimos e a ação dos grupos minoritários desconsiderados pelas análises das estruturas, deve-se levar em conta que tais estudos terão pouco significado para o conhecimento histórico se forem considerados isoladamente (neles mesmos e por eles mesmos).

Por esta razão, a *nova história social* procurou recuperar a *categoria de classe*, enfatizando a *atuação/resistência* dos grupos oprimidos aos processos de assimilação e repressão. Assim, *raça, etnicidade e o gênero* tornaram-se categorias cada vez mais significativas, reconhecidos como *identidade*, que não podem ser reduzidas a uma consciência ou *cultura* de classe. Estreitamente relacionada a esta tendência, ocorreu então o deslocamento das pesquisas para o estudo de bairros, ruas, centro de lazer, habitações e até mesmo para o mundo das emoções.

É certo que as cidades constituem um universo que permite uma grande variedade de recortes para análise. Para Lewis Mumford, clássico estudioso não apenas da história das cidades como da realidade urbana contemporânea, *a cidade é o ponto de máxima concentração do vigor e da cultura de uma comunidade; tem a forma e o símbolo de um conjunto integrado de relações sociais: é a sede do tempo, do mercado, da Corte de Justiça, das academias de ensino*².

Refletindo com ele sente-se a necessidade de serem investigadas as relações sócio-culturais tanto para grupos sociais quanto às instituições que compõem a cidade. Nessa linha de raciocínio, já há alguns anos venho estudando alguns bairros da cidade de Campinas onde tenho constatado que, desde a extinção do escravismo e frente a necessidade de aumento de mão-de-obra para suprir o crescimento comercial/industrial da cidade, em decorrência do capital acumulado com a cafeicultura, afluíram, a partir de final do século XIX, novos tipos humanos que mudaram seu quadro social. Eram eles, principalmente, os comerciantes, os negros e os imigrantes.

⁽²⁾ MUMFORD. L. A cultura das cidades. Belo Horizonte. Itatiaia, 1961, p. 13.

Ao contrário do que ocorreu durante a escravidão, essa nova fase, marcada pela presença de outros atores sociais, acirrou a presença dos pobres no espaço urbano, fato que veio a ser *controlado*, posteriormente, com as intervenções *saneadoras* por parte do poder público, visando segregar esses grupos sociais em espaços circunscritos.

Assim, as camadas sociais populares de Campinas concentraram-se nos bairros operários (fato, que aliás, historicamente, é comum às cidades brasileiras) baseados no binômio fábrica-moradia, dando origem às *vilas operárias*, o que ocasionou a configuração de uma área social bastante diferenciada das outras regiões da cidade.

Dessa forma houve como que uma divisão na ocupação da cidade de Campinas onde, o centro tradicional, delimitado até a década dos anos trinta deste século às classes sociais de maior poder aquisitivo, com ligeiros traços de ocupações populares, deixaria de o ser, pois, outros locais foram sendo criados para abrigar a população negra, pobre e operária.

Aos poucos foi então o centro da cidade, antes espaço da elite, passando, gradativamente a deteriorado e heterogêneo, abandonado pelos tradicionais que buscaram outras regiões da cidade (caso, por exemplo, dos bairros Cambuí e, posteriormente, Nova Campinas).

Cumprе todavia lembrar que a crise de 1929 acarretou profundo golpe à economia latifundiária cafeeira e, a decorrente degradingolada financeira dessa crise, refletiu-se intensamente em Campinas, onde o café era ainda a principal cultura. Houve inquietação econômica, propriedades agrícolas tiveram seus donos trocados, diminuiu o valor dos imóveis. Os cafeeiros foram erradicados, ocasionando transformações na estrutura fundiária que teve como alternativa principal a cultura do algodão, embora persistissem no Município grandes fazendas dedicadas ao cultivo da cana, e, outras tantas, às pastagens. O proletariado começava a organizar-se no núcleo urbano, manifestando seu descontentamento através de greves, na maior parte das vezes frustradas, pela intervenção dos poderes constituídos.

Nessa década dos anos 30, como decorrência das alterações na agricultura local, assistiu-se a um grande desenvolvimento no setor agroindustrial campineiro e, já a partir de 1933, aumentou o número de empregos na indústria, os setores do comércio cresceram e houve um acentuado aumento dos serviços.

Os bairros residenciais da cidade expandiram-se de acordo com o delineamento esboçado pela Prefeitura, ao mesmo tempo em que se iam afirmando os bairros operários: Bonfim, Ponte Preta, Parque Industrial...

Constatei que até 1930 o espaço urbano campineiro era gerenciado pelo poder público que orientava a expansão do perímetro urbano em continuidade aos bairros já existentes e, na década dos anos 40 e início dos 50, a atividade loteadora em Campinas superou a tudo o que já havia sido realizado.

Os novos loteamentos passaram a ser localizados principalmente na Região Sudoeste da cidade, afastados do núcleo urbanizado, uma vez que nesses locais a terra era barata e predominava ainda a pequena propriedade.

É o momento também em que a sociedade urbana se tornava mais complexa, acentuando significativamente as desigualdades sociais, e quando ainda se intensificava o processo de segmentação sócio-espacial da cidade.

A partir dos anos 50 com o processo de horizontalização do espaço urbano em Campinas, ocasionado principalmente pela instalação de novas indústrias na cidade, houve grande aumento do ganho especulativo. Com isso, o crescimento urbano da cidade se tornou desenfreado.

A partir dos primórdios do século XX, com a expansão considerável da área urbana da cidade, com novas bases da industrialização, do transporte rodoviário, do retalhamento da terra (a partir de 1930/70), com a crescente especulação imobiliária, acabaram por ser criados os fundamentos para um desenvolvimento apoiado no surgimento do loteamento periférico e na objetivação de que cada um deveria possuir sua moradia.

A concentração urbana operária que até então ficava nas proximidades das fábricas, deixou aos poucos de existir frente a essas novas bases do progresso, uma vez que as indústrias passaram a se espalhar pelas beiras das estradas.

Em vez de cortiços alugados no centro urbano, era agora a vez da casa própria, situada na periferia, passando a ser este o grande

sonho das camadas sociais menos favorecidas, estimuladas nessa direção pelo poder público. Também este processo esteve atrelado ao fato da especulação imobiliária ter passado a nortear o crescimento da cidade, liderado pelo investimento privado, que simplesmente limitou-se a dotar às futuras áreas de moradias proletárias com as mínimas condições de sobrevivência.

Na medida em que a cidade passou a expandir-se desordenadamente, seu centro passou a enfrentar uma gradativa deterioração refletida na queda do uso habitacional e no aumento da violência, evidenciando-se a radicalização das desigualdades sociais que já contaminavam alguns bairros periféricos.

A partir dos anos 1950/60 e sobretudo após 64 quando Campinas também sofreu uma intervenção modernizante autoritária, com influência dos governos federal/estadual, estávamos frente a uma outra etapa da organização físico-espacial da cidade que acabou por implicar em novas formas de seu crescimento, onde o processo de demolição, contudo, não deixou de existir. Aliás, segundo Manuel Castells... *as cidades progridem se autodestruindo, em lugar de ir crescendo a partir de uma base de manutenção do que já existe*³.

No caso campineiro, a colocação de Castells, infelizmente, foi (é) apropriada.

Mas há que salientar outra marcante característica da vida cotidiana dos grandes centros urbanos - e Campinas é um deles - a coexistência, no mesmo espaço, de uma multiplicidade de códigos e significados, acarretando, por vezes, relações conflituosas entre os grupos sociais na medida em que se cruzam visões e práticas diferenciadas. Nesse cenário em permanente transformação, é que há de se refletir sobre os grupos sociais e como buscaram se apropriar dos destinos dos espaços públicos em sua dimensão cotidiana.

Constata-se também que a partir dos anos sessenta começa haver uma nova relação da cidade com o urbanismo, que passa a concebê-la com um sistema orgânico funcional, tentando conectar de

⁽³⁾ CASTELLS, M. "A intervenção administrativa nos grandes centro urbanos". In: *Espaço & Debates*, nº 6, São Paulo, NERU, 1982, p. 64-75.

forma planejada a moradia, a circulação, o consumo, etc.⁴. Foram abertas avenidas, construídos viadutos, supermercados e shopping center, agenciados pelo capital privado, que, ao expandir-se, trouxe significativas modificações à cidade.

Foi necessário bem analisar, exatamente por ser questão polêmica, a utilização e transformação do espaço urbano, para melhor compreender as transformações havidas sobretudo nos bairros Ponte Preta e Vila Marieta. Consultei vários teóricos, mas acabei por me apoiar em Guattari, por melhor se enquadrar no caso campineiro, ao considerar espaço com a noção de que este exerce influência sobre seus ocupantes e que possui uma conotação coletiva, enquanto que território configura-se como local estratificado, delimitado e determinado por influência e subjetividade de seu(s) ocupante(s)⁵. Portanto, o território se forma por necessidade de proteção ou solidariedade.

À segregação econômica e étnica levada pela sociedade branca e capitalista, como elucida Milton Santos, se tem a formação dos territórios (bairros negros e populares) como resposta⁶. É a lei da ação e reação transposta para o cotidiano das relações sociais. Assim, os limites desse território são marcados por um campo de influências e, o que o define é a subjetividade.

Exatamente os bairros negros ora estudados configuram-se como *territórios portadores de uma subjetividade*, representados pelas tradições e culturas afro-brasileira que sobrevivem à influência da cultura branca de massa.

Em verdade, o que ocorreu em Campinas (como em algumas outras áreas culturais do Brasil) foram transformações econômicas resultantes de alianças havidas entre o capital imobiliário com o financeiro e/ou comercial, para fazer frente ao crescimento do setor terciário - de serviços⁷ - além do fortalecimento das classes médias

(4) ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. São Paulo, Brasiliense, 1991. p. 208-9.

(5) GUATTARI, Félix. "Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade". *Revista Espaço e Debates*, nº 16, 1981, p. 110.

(6) SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo, Hucitec. 1981.

(7) Ver: ROLNIK, Raquel et alii. *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

assalariadas. Coexistiam então aspectos tradicionais e modernos, acentuaram-se as diferenças sociais ao mesmo tempo em que se estruturava uma outra paisagem urbana, com forte explosão demográfica, fluxo migratório intenso e ausência de políticas públicas a longo prazo. Era o momento em que a sociedade urbana se tornava mais complexa, acentuando significativamente as desigualdades sociais.

Nas últimas décadas desse século um fenômeno vem acontecendo nos territórios negros mais antigos - Ponte Preta e Vila Marieta: a substituição de sua população negra, que de há muito lá morava, por classes médias baixas e brancas, fruto do crescimento urbano. Tal fenômeno por ser enquadrado, quer me parecer, na tese do alisamento de territórios defendida por Guattari - um espaço liso é um espaço desterritorializado, onde não há mais os mesmos tipos de circunscrições ou delimitações por emblemas étnicos ou religiosos, por exemplo⁸.

No caso ora estudado, a população negra antiga e mais pobre da Ponte Preta e Vila Marieta foram deslocadas para as áreas periféricas da cidade, sendo que isso é um reflexo das transformações econômicas e do crescimento da mancha urbana que acaba por transformar esses bairros (antes periféricos) em bairros intermediários entre o centro e nova periferia. Houve também nessa substituição não apenas a troca de população, mas também a substituição de culturas.

Ainda na segunda metade dos anos 60, outro importante fator veio incrementar a horizontalização da cidade - a COHAB - cujo efetivo funcionamento data de 1967. Desse momento até 1970, ela foi responsável por 51% do total de novas residências em Campinas, todas em conjuntos habitacionais localizados em áreas vazias e distantes da malha urbana, decorrência não apenas do crescimento desordenado da cidade, da especulação imobiliária, mas também do grande avanço industrial, que já era manifesto desde os anos 50.

Como empresa privada, que trabalhava com recursos federais, o controle da COHAB escapou dos órgãos executivos e legislativos locais. Assim, não se submeteu às diretrizes do planejamento urbano, e,

⁽⁸⁾ GUATTARI, Félix. Op. Cit., p. 112

ao procurar terrenos mais baratos para viabilizar a casa própria às camadas de baixa renda, serviu claramente aos interesses do capital imobiliário especulativo⁹.

Nessas circunstâncias, atraídos pelas facilidades (?) da proposta, os negros acabaram por sair do centro da cidade, indo para os bairros criados de Vila Rica e Costa e Silva, muito embora também o crescimento populacional e a sedimentação das áreas comerciais do centro da cidade tivessem forçado a transferência da população de menor renda para essas outras áreas.

Constatei que a partir da década dos 60 o capital imobiliário loteador foi muito ativo, ao lado do dinamismo das construtoras, num afã de ingressar à modernidade. Sim, porque construir arranha-céus era, na mentalidade da época, o símbolo da cidade moderna. A imprensa campineira foi pródiga em artigos, reportagens e entrevistas que enfocavam a necessidade da cidade modernizar-se. E isto pressionou também para que as áreas centrais fossem aos poucos sendo recicladas, com impulso à verticalização.

A ação da COHAB arrefeceu um pouco entre os anos 1970/75, mas, depois, voltou a atuar com intensidade só que, a partir desse momento (1975), concentrando sua atuação na faixa de renda superior a três salários mínimos, o que acabou por deixar sem atendimento razoável parcela da população negra e pobre.

Finalmente, quero colocar que a todo momento na elaboração desse estudo, a preocupação central era como seria hoje a vivência nesses bairros, uma vez que me interrogo sempre se haveria ainda comunicação de um referencial, de uma afetividade. Enfim, como as pessoas demarcariam seus bairros, e qual seria a herança simbólica que estariam passando às novas gerações.

Dai a importância em se conhecer a formação histórica dessas periferias, pois, já de início, a questão de se saber em que medida os bairros fora dos arredores do centro da cidade, habitado por

⁽⁹⁾ Sobre o assunto é oportuno ver os trabalhos de: BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas. Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996 e SEMEGHINI, Ulisses C.. *Do Café à Indústria: Uma cidade e seu tempo*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1991 (Série Teses).

trabalhadores e/ou não, de comunicação difícil, de urbanização deficiente e com equipamentos sociais quase nulos, encontram sua identidade(?); como estão revelando sua concretização no tecido urbano frente a complexa divisão espacial entre produção e consumo, como interagem os estratos sociais, como vem se transformando o cotidiano desses bairros.

Minha preocupação também com esse estudo está voltada para um retrabalhar do espaço social frente a aceleração crescente dos ritmos de mudança advindos com o capitalismo, exponencializado nas últimas décadas, tornando a grande cidade, como é o caso de Campinas, fisicamente cada vez maior e mais complexa, mas, ao mesmo tempo, espiritualmente menor, o que significa dizer massificada, o que, por vezes, acaba por levar à desestruturação ou mesmo destruição dos bairros, em nome das *renovações urbanas*.

Por isso o interesse em verificar histórica, social e culturalmente em que termos ocorreu/ocorrem as transformações nos bairros objetos desse estudo, quais seus impasses, perigos e virtudes, não apenas para constatar, mas, para promover um espaço vivo de diálogo, pois, na verdade, creio que uma pesquisa que se valorize e tenha por noção de bairro aquele *espaço* de convivência e polêmica, certamente deverá oferecer essa oportunidade de expressar-se aos seus moradores.